

## A educação básica na América Central

A situação da educação mundial, em particular, da educação básica, compreendendo o direito ao acesso e à permanência com qualidade na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, apresenta, em sua organização, gestão e financiamento, peculiaridades típicas de cada país a despeito das políticas mundiais para este nível de ensino.

Uma educação constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas articula-se a diferentes cenários (políticos, econômicos e culturais), cuja lógica e dinâmica mundial é perpassada por desigualdades sociais e regionais significativas, em que pesem os esforços nas últimas décadas.

Esforços em prol de uma agenda comum têm-se realizado para garantir educação básica ou inicial a todos, em várias partes do mundo, destacando-se, entre outros, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a Conferência de Jomtien/1990, segundo a qual cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de “aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (...) A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação”.

Sob esses postulados, a Declaração de Jomtien enfatizou as ações a serem estabelecidas, por meio de metas, em cada país, visando garantir “a expansão dos cuidados básicos e atividades de desenvolvimento infantil, incluídas aí as intervenções da família e da comunidade, direcionadas especialmente às crianças pobres, que não são

assistidas e com deficiências; Acesso universal e conclusão da educação fundamental (ou qualquer nível mais elevado de educação considerado “básico”) até o ano 2000. Melhoria dos resultados de aprendizagem, (...) Redução da taxa de analfabetismo adulto à metade (...) Ampliação dos serviços de educação básica e capacitação em outras habilidades essenciais necessárias aos jovens e adultos (...). Aumento da aquisição, por parte dos indivíduos e famílias, dos conhecimentos, habilidades e valores necessários a uma vida melhor (...).”

Nesse contexto, muitas políticas, programas e ações foram realizados em vários países, sobretudo os periféricos, logrando maior ou menor êxito, nas duas últimas décadas. No entanto, parte dos desafios ressaltados na Declaração de Jomtien ainda constitui um alvo a ser superado.

Buscando compreender as especificidades e dinâmicas da educação básica em diferentes lugares, as análises deste Dossiê remetem à caracterização e problematização das políticas públicas, em especial à educação obrigatória, registrando, entre outros, os processos de organização, gestão e indicadores educacionais, bem como as regulações que lhes dão contornos.

Em consonância com sua proposta editorial, *Retratos da Escola* reitera as seguintes seções: Entrevista, Artigo, Resenha e Documento.

Na Entrevista, convidamos três educadores : uma brasileira, um português e uma moçambicana cuja história e inserção profissionais, na condição de pesquisadores, gestores ou sindicalistas, os legitima como profissionais engajados nos espaços de discussão, investigação e proposição de políticas públicas no campo educacional.

Na seção Artigos, as temáticas situam o quadro complexo da organização e gestão da educação básica, ressaltando a garantia da ampliação dos direitos na Argentina, Brasil, Canadá, Espanha, França, Portugal e Uruguai. As reflexões situam, de maneira contextualizada, os desafios ao cumprimento do direito público à educação básica, incluindo o acesso, permanência com qualidade, dinâmica curricular e de gestão, modalidades educativas, entre outros.

Na seção Resenha, foi feita a análise do livro *Políticas e Gestão da Educação Básica – Concepções e Proposições da CNTE*, o que possibilita apreender a ótica da entidade sobre a educação básica no Brasil, seus processos organizativos e de gestão.

Na seção Documentos, há quatro textos: 1) Educação e Cidadania na América Latina ; 2) Política e Gestão da Educação Básica na Bolívia ; 3) Políticas e processos da educação básica na Palestina e 4) A educação básica na América Central.

A capa da edição conta com o trabalho do arquiteto e artista plástico Carlos Alexandre Lapa de Aguiar que nos leva a refletir e buscar compreender as múltiplas dinâmicas que retratam a educação no mundo.

Espaço plural de discussões, reflexões e proposições no campo das políticas e da gestão da educação, *Retratos da Escola* se propõe, assim, situar e contextualizar a educação

básica em vários países, permitindo ao leitor entrar em contato com distintas visões sobre políticas públicas, gestão, avaliação, relação público e privado, e os desafios ao acesso e à permanência com qualidade a esse nível educacional.

Esperamos que este número contribua para a reflexão, investigação e mobilização dos leitores nos mais diversos espaços direcionados à educação básica de qualidade para todos - este direito social inalienável.

*Luiz Fernandes Dourado*

Editor